

Quarta-Feira, 01 de Julho de 2026

Após disputa entre deputados, Max Russi garante legalidade na composição da CCJR

“Procedimento da CCJR seguiu as regras” disse Max

Danilo Figueiredo e Márcio Eça do rufandobombonews

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso comentou nesta segunda-feira (2) o processo de definição dos membros e da presidência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR), após o impasse político envolvendo os deputados Eduardo Botelho e Dilmar Dal Bosco.

Segundo ele, o procedimento seguiu o mesmo rito adotado no ano passado, conforme prevê o regimento interno da Casa. O presidente explicou que a indicação para a composição e escolha da presidência da comissão ocorreu por meio de documento com assinaturas dos parlamentares indicados pelos blocos partidários.

De acordo com o dirigente, a condução inicial do processo não partiu diretamente da presidência, mas do líder do governo na Assembleia.

“Esse documento não foi a presidência que tocou, não fui eu. Coube ao líder Dilmar fazer esse encaminhamento, como ocorreu no ano passado, e nós apenas realizamos a publicação”, afirmou.

Ele destacou que, antes da publicação, houve conferência das assinaturas apresentadas.

“Pedi ao secretário que verificasse se havia todas as assinaturas dos membros indicados pelos blocos, e ele confirmou.”

O presidente também ressaltou que, caso surjam divergências sobre o procedimento, os deputados serão chamados para esclarecimentos.

“Qualquer divergência, vamos procurar os parlamentares para verificar como essas assinaturas foram feitas e tomar a decisão necessária.”

Ainda conforme explicado, as assinaturas não foram secretas, mas registradas formalmente pelos deputados responsáveis pela indicação da presidência e vice-presidência da comissão.

O presidente lembrou que o mesmo modelo foi adotado anteriormente, inclusive quando houve a escolha de Botelho para função dentro da comissão, reforçando que o rito seguiu a prática já estabelecida na Casa.